



CÂMARA  
ITINERANTE

*O Parlamento se encontra aqui*

# A luta contra o câncer

## Orientações ao paciente e aos familiares



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

# Mesa da Câmara dos Deputados

55ª Legislatura – 2015-2019

1ª Sessão Legislativa

Presidente

**Eduardo Cunha**

1º Vice-Presidente

**Waldir Maranhão**

2º Vice-Presidente

**Giacobo**

1º Secretário

**Beto Mansur**

2º Secretário

**Felipe Bornier**

3ª Secretária

**Mara Gabrilli**

4º Secretário

**Alex Canziani**

Suplentes de Secretário

1º Suplente

**Mandetta**

2º Suplente

**Gilberto Nascimento**

3ª Suplente

**Luiza Erundina**

4º Suplente

**Ricardo Izar**

Diretor-Geral

**Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa

**Silvio Avelino da Silva**



Câmara dos  
Deputados

# A luta contra o câncer

## Orientações ao paciente e aos familiares

Centro de Documentação e Informação  
Edições Câmara  
Brasília | 2015



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretoria-Geral

*Diretor-Geral: Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida*

*Diretora-Adjunta: Cássia Regina Ossipe Martins Botelho*

Diretoria Legislativa

*Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho*

Consultoria Legislativa

*Diretor: Eduardo Fernandez Silva*

Centro de Documentação e Informação

*Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado*

Coordenação Edições Câmara

*Diretora: Heloísa Helena S. C. Antunes*

Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação

*Diretora: Elzuila Maria Crepory F. de M. Bastos*

Projeto gráfico de capa e miolo: Patrícia Weiss

Diagramação: Mariana Rausch Chuquer

Foto da capa: @Brian Chase – Thinkstock

Esta cartilha foi elaborada por iniciativa da Presidência e da Segunda-Secretaria da Câmara dos Deputados, com texto da Consultoria Legislativa.

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809

editora@camara.leg.br

### SÉRIE

Câmara itinerante

n. 5

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

---

A luta contra o câncer [recurso eletrônico] : orientações ao paciente e aos familiares / Câmara dos Deputados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série Câmara itinerante ; n. 5)

Versão PDF.

Modo de acesso: <http://www.camara.leg.br/editora>

ISBN 978-85-402-0367-9

1. Direito à saúde, Brasil. 2. Câncer, Brasil. I. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. II. Série.

CDU 342.7:614(81)

---

ISBN 978-85-402-0366-2 (papel)

ISBN 978-85-402-0367-9 (PDF)

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO .....</b>   | <b>5</b>  |
| <b>CÂNCER NO BRASIL .....</b>   | <b>7</b>  |
| <b>DIREITOS DAS PESSOAS COM CÂNCER NO BRASIL .....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>Direitos de abrangência nacional associados a políticas<br/>públicas para pessoas com câncer no Brasil .....</b> | <b>10</b> |
| <b>DIREITOS DAS PESSOAS COM CÂNCER NA<br/>ÁREA DA SAÚDE .....</b>   | <b>19</b> |
| <b>ONDE GARANTIR OS DIREITOS .....</b>  | <b>24</b> |

# APRESENTAÇÃO

O programa “Câmara Itinerante” é iniciativa da Câmara dos Deputados para levar os temas nela pautados para estados e municípios, bem como ouvir as necessidades locais. Uma Câmara “de portas abertas” tem como ponto fundamental a troca de experiências e ideias sobre as políticas públicas, encontro entre sociedade e seus governantes para resgatar a importância do legislador e fortalecer o diálogo e a democracia no Brasil.

A Câmara visitará os 26 estados e o Distrito Federal e abrirá espaço para ampliar a criação de políticas públicas no país, resultado de ações concretas do Parlamento.

Para cumprir o objetivo de trazer para o debate temas atuais, esta cartilha, da série Câmara Itinerante, trata dos **Direitos dos Pacientes com Câncer**, problema que afeta milhares de brasileiros.

A prevenção e a informação são os melhores aliados no combate à doença. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), no Brasil, o câncer de mama é o tipo mais frequente entre as mulheres, e o de próstata é o segundo mais comum entre os homens (atrás apenas do câncer de pele não melanoma).

Com esta cartilha, queremos que você saiba o que já foi feito para melhorar a qualidade de vida daqueles

que sofrem ou sofreram com algum tipo de câncer, mostrar um pouco da realidade da doença no Brasil e apresentar os diversos direitos que podem ser usufruídos pelo paciente, como: aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, cartão de estacionamento, cirurgia de reconstrução mamária, isenção do imposto de renda e IPTU, medicamentos gratuitos, entre outros.

Estamos juntos na luta contra o câncer, pela melhoria da qualidade de vida da população.

**Eduardo Cunha**

Presidente da Câmara dos Deputados

**Felipe Bornier**

Segundo-Secretário da Câmara dos Deputados

# CÂNCER NO BRASIL

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer é responsável por mais de 12% de todas as causas de óbito no mundo: mais de 7 milhões de pessoas morrem anualmente da doença. A estimativa é de crescimento do número de casos novos no mundo, alcançando-se mais de 15 milhões de pessoas em 2020.

Esse crescimento é resultado da maior exposição das pessoas a fatores de risco cancerígenos, muitas vezes relacionados a fatores de riscos comportamentais, mas também às condições vigentes na sociedade (como condições de trabalho).

*O aumento da expectativa de vida e o consequente envelhecimento da população também contribui para o aumento da incidência de doenças crônico-degenerativas, inclusive o câncer.*

No Brasil, observa-se uma transição epidemiológica, em que doenças geralmente presentes nos países em desenvolvimento (como infecções do tipo da tuberculose e da hanseníase) convivem com outras mais prevalentes em países mais desenvolvidos economicamente (como o câncer e as doenças cardiovasculares).



Essa transição observa-se também nos tipos de câncer que acometem os brasileiros, pois há um aumento da prevalência de cânceres associados ao melhor nível socioeconômico – mama, próstata, cólon e reto –, simultaneamente, a taxas de incidência elevadas de tumores geralmente associados à pobreza – colo do útero, pênis, estômago e cavidade oral.

Os tipos de câncer que mais levam à morte no Brasil são os de traqueia, brônquio e pulmão, estômago, cólon e reto (conhecido por câncer de intestino), próstata, mama, além de câncer de colo do útero.

Estimativas do INCA sobre a ocorrência de alguns dos tipos de câncer em 2014 e dados preliminares (divulgados pelos DATASUS) sobre registros de óbitos em 2013, ilustram a magnitude de sua ocorrência no Brasil. Para o câncer de mama, foram estimados 57 mil novos casos em 2014 e registrados 14 mil óbitos em 2013. Para o câncer de colo de útero, 15 mil casos novos em 2014 e 5 mil óbitos registrados em 2013. Para o câncer de pulmão, 27 mil casos em 2014 (sendo 16 mil entre homens) e 24 mil óbitos registrados em 2013 (sendo 15 mil entre homens). Para o câncer de próstata, 68 mil casos em 2014 e 13 mil óbitos registrados em 2013.

Diante dessa magnitude, muitas foram as iniciativas legais para promover os direitos das pessoas acometidas pelo câncer no Brasil, as quais são sintetizadas na seção a seguir.

# DIREITOS DAS PESSOAS COM CÂNCER NO BRASIL

A seguir são destacados os direitos de pessoas com câncer com abrangência nacional e associados a políticas públicas. São identificadas as áreas abordadas, os principais direitos e as normas relacionadas. As áreas de política pública incluem: previdência, assistência social, benefícios tributários, educação, trabalho, mobilidade, justiça e atenção à saúde.

Além dos direitos de abrangência nacional, existem os regulados pelo nível local e que também podem beneficiar pessoas com câncer; como alguns que produzem efeitos na mobilidade (ex.: cartão de estacionamento em vagas de deficiente, isenção da tarifa do transporte coletivo urbano para pessoas com deficiência e para pessoas com certas patologias durante o tempo de duração de certos tratamentos). Para que sejam obtidos os direitos relacionados à deficiência, esta deverá ser comprovada.

## Direitos de abrangência nacional associados a políticas públicas para pessoas com câncer no Brasil

### Previdência

**Aposentadoria por Invalidez** – benefício mensal devido ao segurado pela Previdência Social que ficar incapacitado permanentemente para o trabalho em virtude de doença ou acidente e não sujeito à reabilitação para o exercício do trabalho, e lhe será pago enquanto permanecer nessa condição.

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

**Auxílio-Doença** – benefício mensal devido ao segurado pela Previdência Social que, por mais de 15 dias, ficar incapacitado temporariamente para o trabalho em virtude de doença ou acidente.

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**Redução no valor da contribuição previdenciária** – no caso do servidor público inativo portador de doença incapacitante, a contribuição só incide sobre o montante que superar o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social (INSS).

Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, que dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41 e altera dispositivos das Leis nºs 9.717, 8.213 e 9.532.

## Assistência social

**Benefício de Prestação Continuada (BPC)** – garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios financeiros para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. Pessoa com câncer pode ter direito ao BPC caso possua 65 anos ou mais, ou na hipótese de ter impedimentos de longo prazo (mínimo de 2 anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

## Benefícios tributários

**Lista de doenças graves** – cujos portadores podem usufruir de alguns direitos e garantias especiais, como os tributários. São consideradas graves pelas principais leis brasileiras: neoplasia maligna (câncer), espondiloartrose anquilosante, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, nefropatia grave, síndrome da deficiência imunológica adquirida – AIDS, contaminação por radiação (com base em conclusão da medicina especializada), hepatopatia grave e fibrose cística (mucoviscidose).

Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

**Isenção de Imposto de Renda** – pacientes com câncer ou com outras doenças consideradas graves, têm direito à isenção do imposto de renda sobre os valores recebidos a título de aposentadoria, pensão ou reforma, inclusive as complementações recebidas de entidades privadas e pensões alimentícias, mesmo que a doença tenha sido adquirida após a concessão da aposentadoria, pensão ou reforma.

Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

**Isenção de tributos para compra de automóvel** – O paciente de câncer com qualquer tipo de limitação física que o incapacite de dirigir veículo comum, poderá adquirir a Carteira Nacional de Habilitação Especial, para a condução de veículo especial adaptado às suas necessidades, com a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Leis de âmbito estadual também oferecem isenção do impostos sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que aborda o Sistema Tributário Nacional.

Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.

## Educação

**Compensação da ausência às aulas** – garantia de tratamento excepcional a alunos de qualquer nível de ensino, portadores de doenças ou limitações físicas incompatíveis com a frequência escolar, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes.

Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.

## Trabalho

**Reserva de vagas em concursos públicos** – entre 5% a 20% das vagas de concursos públicos são reservadas para pessoas com deficiência. Pessoas com câncer podem concorrer a tais vagas, desde que comprovem possuir a deficiência.

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

**Saque das Cotas PIS/PASEP** – o trabalhador cadastrado no Fundo do Programa de Integração Social (PIS) e no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) até 04/10/1988 poderá ter saldo de cotas a receber, podendo sacá-lo em certas situações, inclusive de neoplasia maligna (câncer) do titular ou de seus dependentes.

Resolução do Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP nº 1, de 15/10/1996.

**Saque do FGTS** – todos os trabalhadores com carteira de trabalho assinada possuem conta bancária própria vinculada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), atualmente administrado pela Caixa Econômica Federal. Mensalmente, o empregador é obrigado a depositar nessa conta o equivalente a 8% sobre a remuneração do empregado. Dentre outros casos previstos em lei, o saque do FGTS pode ser realizado pelo paciente com câncer, AIDS e em estágio terminal de outras doenças. Também pode ser sacado pelo titular da conta que possuir dependente – esposo, companheiro, pais, sogros, filho e irmão menor de 21 anos ou inválido – portadores daquelas doenças.

Lei nº 8.922, de 25 de julho de 1994, que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.

## Mobilidade

**Passe livre para transporte Interestadual** – têm direito ao Passe Livre Interestadual pessoas com deficiência física, mental, auditiva ou visual comprovadamente carentes.

Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

## Justiça

**Prioridade no recebimento de precatórios** – precatório é o procedimento pelo qual a Fazenda Pública (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) paga as

dívidas decorrentes de condenação judicial (exceto dívidas de pequeno valor). Pessoas com doenças graves, inclusive o câncer, têm prioridade no recebimento do precatório até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei como obrigações de pequeno valor. No âmbito federal as obrigações de pequeno valor vão até o limite de 60 salários mínimos.

Constituição Federal de 1988 (art. 100, § 2º).

**Prioridade em Processos** – têm direito à prioridade na tramitação de processos, dos quais forem parte ou interessado, as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, ou que sejam portadoras de doença grave, inclusive o câncer. Também há atendimento preferencial pela Defensoria Pública na assistência judiciária gratuita.

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, o Código de Processo Civil (art. 1.048).

## Atenção à saúde

**Atenção por meio do SUS** – o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece atendimento, em geral iniciado nos postos de saúde (atenção primária) ou nos pronto-socorros (atenção de urgência e emergência). Destacam-se, a seguir, alguns dos serviços disponíveis:

**Atenção Domiciliar** – ações e serviços de saúde prestados em domicílio, com garantia de continuidade de cuidados e integrada aos demais serviços e unidades de saúde.

**Tratamento Fora de Domicílio** – inclui o acesso de pacientes residentes num determinado Estado a



serviços assistenciais localizados em municípios do mesmo Estado ou de Estados diferentes, quando esgotados todos os meios de tratamento ou de realização de exame auxiliar diagnóstico terapêutico no local de residência (Município/Estado) do paciente e desde que o local indicado possua o tratamento mais adequado à resolução de seu problema ou haja condições de cura total ou parcial.

Constituição Federal de 1988 (art. 196 a 200).

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

**Direitos dos usuários do SUS** – estão presentes em portaria do Ministério da Saúde, destacando-se: acesso gratuito a medicamentos; acesso a atendimento e procedimentos em tempo razoável; respeito à dignidade; acompanhamento por familiar ou pessoa indicada em consultas e exames, durante todo o período de tratamento de parto e pós-parto imediato; acompanhamento de menores de 18 anos e maiores de 60, inclusive durante a internação; identificação dos prestadores de assistência; autonomia e liberdade para tomar as decisões relacionadas à sua saúde; segunda opinião de outro profissional sobre procedimentos recomendados, podendo trocar de médico, hospital ou instituição de saúde; participar das reuniões dos Conselhos e Conferências de Saúde, bem como de consul-

tas e audiências públicas; acesso a informações claras e completas sobre os serviços de saúde existentes na sua localidade; sigilo de toda e qualquer informação relativa à sua saúde; acesso ao seu prontuário; receber informações claras, objetivas, completas e compreensíveis sobre seu estado de saúde; receber as receitas com o nome genérico dos medicamentos prescritos.

Portaria MS/GM nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde.

**Cirurgia de reconstrução mamária** – Toda pessoa com câncer de mama que teve a mama retirada total ou parcialmente em decorrência do tratamento tem o direito de realizar cirurgia plástica reparadora. Tanto o SUS como o plano de saúde são obrigados a realizar essa cirurgia. A cirurgia plástica será efetuada no mesmo tempo cirúrgico da retirada da mama, quando existirem condições técnicas ou imediatamente após alcançar as condições clínicas requeridas.

Lei nº 9.797, de 05 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Lei nº 10.223, de 15 de maio de 2001 (altera a Lei nº 9.656, de 1998), que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora de mama por planos e seguros privados de assistência à saúde nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer.

Lei nº 12.802, de 24 de abril de 2013 (altera a Lei nº 9.797, de 1999), que dispõe sobre o momento da reconstrução mamária.

**Prazo para início do tratamento do câncer no SUS** – o paciente com neoplasia maligna tem direito de se submeter ao primeiro tratamento no SUS, no prazo de até

60 dias contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico ou em prazo menor, conforme a necessidade terapêutica do caso registrada em prontuário único.

Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início.

**Assistência Médica no Exterior** – Devido a acordos internacionais, brasileiros que contribuem para a Previdência Social, além de seus dependentes, têm direito à assistência médica (ambulatorial e hospitalar), farmacêutica e odontológica na rede pública dos seguintes países: Portugal, Itália, Cabo Verde, Grécia e Chile. Na Argentina e no Uruguai nem é preciso ser contribuinte da Previdência Social para ter o benefício. Para usufruir desse direito, o interessado deverá obter o CDAM (Certificado de Direito à Assistência Médica), que é emitido pelo Ministério da Saúde.

Acordos de Previdência Social entre o Brasil e países selecionados.

**\*Fonte:** A listagem dos principais direitos foi adaptada a partir de informações divulgadas no sítio da Internet do Oncoguia (disponível em <http://www.oncoguia.org.br>).

# DIREITOS DAS PESSOAS COM CÂNCER NA ÁREA DA SAÚDE

No que se refere à saúde, as pessoas com câncer, como aquelas com qualquer outra doença, possuem direitos fundamentados na Constituição Federal de 1988, particularmente nos artigos 196 a 200.

**SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO: "ART. 196. A SAÚDE É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, GARANTIDO MEDIANTE POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS QUE VISEM À REDUÇÃO DOS RISCOS DE DOENÇA E DE OUTROS AGRAVOS E O ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PARA SUA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO".**

A Lei nº 8.080, de 1990, que aborda o Sistema Único de Saúde (SUS), complementa em seu artigo 2º: "A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício".

Considerando que o SUS foi criado de acordo com a diretriz da integralidade (abrangendo tanto medidas para prevenção, quanto para tratamento ou recuperação), sem distinção de doença, as pessoas com

câncer estão abrangidas pelo marco legal em vigor. Direitos específicos na área da saúde também estão destacados no quadro 1.

Além do grande volume de leis já produzidas sobre a questão do câncer, o tema tem gerado numerosos debates e iniciativas na Câmara dos Deputados. Entre 2011 e abril de 2015 foram realizados 474 discursos em que o câncer foi mencionado no Plenário da Câmara, por 191 parlamentares. Em 2013, na 54ª Legislatura (anterior à atual) foi registrada na Câmara uma frente parlamentar para atuar no combate ao câncer, integrada por 206 deputados.

*A Câmara tem participado de atividades de conscientização, como o “outubro rosa” (desde 2008 o Congresso ilumina-se de rosa para alertar sobre o combate ao câncer de mama) e o novembro “azul” (para ampliar a conscientização do homem quanto à prevenção do câncer de próstata).*

No campo da fiscalização, a Câmara criou, em 2004, uma comissão externa para apurar denúncias sobre a interferência política na lista de espera por transplantes de medula óssea no Instituto Nacional do Câncer (Inca), que gerou recomendações relevantes para o setor. Em 2012, a Câmara

realizou audiência sobre a inclusão da vacina contra o vírus HPV (papilomavírus humano) no calendário de vacinações do Programa Nacional de Imunizações do SUS, colaborando com essa importante demanda para a prevenção do câncer do colo de útero, a qual é uma realidade nos dias atuais. Em março de 2015, o Plenário da Câmara aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 1442, de 2014, que suspende parcialmente a Portaria nº 1.253, de 2012, do Ministério da Saúde, para evitar a recusa do exame de mamografia às mulheres na faixa de idade de 40 a 49 anos no SUS. A matéria ainda será analisada pelo Senado.

*Na esfera da  
proposição legislativa,  
existem 60 projetos  
de lei ordinária  
e um projeto de  
lei complementar  
sobre o câncer em  
tramitação na Câmara  
dos Deputados.*

O projeto de lei complementar aborda questão de saque do PIS/PASEP, enquanto os temas tratados pelos projetos de lei podem ser observados na tabela 1. Os mais frequentes abordam direitos e responsa-

bilidades (48%), destacando-se os direitos para pessoas com câncer, os direitos trabalhistas e previdenciários e os dos usuários do SUS (como estabelecimento de prazo para realização de exames). Em seguida estão os temas de atenção à saúde para pessoas com

câncer (37%), incluindo a assistência farmacêutica. Os demais projetos de lei tratam da prevenção (13%, com destaque para a educação em saúde) e gestão e recursos (2%, um projeto de lei sobre financiamento de serviços).

O local na Câmara onde se encontra o maior número de projetos de lei relacionados ao câncer é a Comissão de Seguridade Social e Família (47%), seguindo-se a Comissão de Finanças e Tributação (20%) e o Plenário da Câmara (13%). Dos 8 projetos de lei que estão no Plenário, 6 tratam de isenção de imposto de renda (PL 6643/2009, 6802/2013, 7641/2014, 7781/2014, 116/2015 e 271/2015), um aborda a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata (PL 261/1999) e outro busca permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer do colo de útero, de câncer da mama ou de câncer da próstata (PL 843/2007).

Tabela 1 – Distribuição dos projetos de lei ordinária relacionados ao câncer em tramitação na Câmara dos Deputados em 1º de abril de 2015, segundo temas e local de tramitação atual.

| Temas / subtemas de saúde (*) |                                     | Local na Câmara dos Deputados |     |     |      |       |      |     |    | Total |
|-------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|-----|-----|------|-------|------|-----|----|-------|
|                               |                                     | CCJC                          | CCP | CFT | CSSF | CTASP | PLEN | RET |    |       |
| Atenção à saúde               | Serviços de saúde                   | 1                             | 1   | 3   | 10   | 1     | 0    | 0   | 16 |       |
|                               | Destaque – assistência farmacêutica | 0                             | 0   | 1   | 5    | 0     | 0    | 0   | 6  |       |
|                               | Subtotal                            | 1                             | 1   | 4   | 15   | 1     | 0    | 0   | 22 |       |
| Direitos e responsabilidades  | Dir. de pessoas com doenças         | 3                             | 1   | 3   | 3    | 1     | 6    | 0   | 17 |       |
|                               | Dir. trabalhistas e previdenciários | 0                             | 0   | 3   | 2    | 2     | 1    | 0   | 8  |       |
|                               | Dir. de usuários do SUS             | 0                             | 0   | 0   | 4    | 0     | 0    | 0   | 4  |       |
|                               | Subtotal                            | 3                             | 1   | 6   | 9    | 3     | 7    | 0   | 29 |       |
| Gestão e recursos             | Financiamento da saúde              | 0                             | 0   | 1   | 0    | 0     | 0    | 0   | 1  |       |
|                               | Subtotal                            | 0                             | 0   | 1   | 0    | 0     | 0    | 0   | 1  |       |
| Prevenção                     | Educação em saúde                   | 0                             | 0   | 0   | 1    | 0     | 1    | 0   | 2  |       |
|                               | Destaque – campanhas                | 0                             | 0   | 0   | 1    | 1     | 0    | 1   | 3  |       |
|                               | Vigilância epidemiológica           | 0                             | 0   | 1   | 0    | 0     | 0    | 0   | 1  |       |
|                               | Prevenção em saúde do trabalhador   | 0                             | 0   | 0   | 2    | 0     | 0    | 0   | 2  |       |
|                               | Subtotal                            | 0                             | 0   | 1   | 4    | 1     | 1    | 1   | 8  |       |
| Total                         |                                     | 4                             | 2   | 12  | 28   | 5     | 8    | 1   | 60 |       |

Fonte: Câmara dos Deputados.  
Legendas: CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, CCP – Coordenação de Comissões Permanentes, CFT – Comissão de Finanças e Tributação, CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família, CTASP – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, PLEN – Plenário da Câmara, RET – aguardando retorno do Senado Federal.  
Nota: (\*) Temas e subtemas segundo a classificação de proposições legislativas relacionadas à saúde do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Legislativo e Saúde (GPE-Saúde) do Centro de Formação e Treinamento (CEFOTR) da Câmara dos Deputados.



## ONDE GARANTIR OS DIREITOS

Vários órgãos e instituições podem ser procurados por pessoas em dificuldades para o cumprimento de seus direitos, como:

- a Ouvidoria do SUS (Disque Saúde 136);
- os Conselhos Municipais de Saúde;
- o Ministério Público Federal ou Estadual;
- as Casas Legislativas no nível municipal, estadual e federal (a Câmara dos Deputados facilita o contato por meio do Disque Câmara: 0800 619 619).

Caso a necessidade seja por informações de órgãos públicos, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como a “Lei de Acesso à Informação”, promove o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

Quando as leis não forem respeitadas, o cidadão poderá formalizar reclamação aos órgãos de defesa, controle e fiscalização competentes. Se não for suficiente para solucionar o caso, poderá recorrer à via judicial. As pessoas carentes podem recorrer à assistência judiciária gratuita em sua localidade.



Conheça outros títulos da série Câmara Itinerante no portal da Câmara dos Deputados: [www.camara.leg.br/editora](http://www.camara.leg.br/editora)

---

PARTICIPE, FALE COM O CÂMARA ITINERANTE:  
[camaraitinerante@camara.leg.br](mailto:camaraitinerante@camara.leg.br)

---

